

CONTAS NACIONAIS / NATIONAL ACCOUNTS

Relatório duma missão ao Instituto Nacional de Estatística, Maputo, Moçambique
Report from a mission to the National Statistical Institute of Mozambique, Maputo,
Mozambique

26 Julho • 13 Agosto 13, 2010

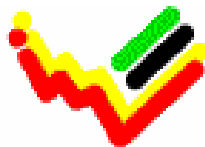
within the frame work of the

***AGREEMENT ON CONSULTING ON
INSTITUTIONAL CAPACITY BUILDING,
ECONOMIC STATISTICS AND RELATED AREAS***

between

INE and Scanstat

Jan Redeby



Instituto Nacional de Estatística

Jan Redeby
jan@redeby.co.ls

Índice / Table of contents

EM PORTUGUES

1	A missão.....	1
1.1	Antecedentes e termos de referência.....	1
1.2	Resultados e recomendações.....	1
2	O inquérito ao orçamento familiar	2
3	Classificações.....	3
4	Despesa de consumo final.....	3
4.1	Comparação com o inquérito precedente.....	3
4.2	Comparação com as contas nacionais correntes	6
5	A sequência das contas	7
6	Os equilíbrios e retopolação	11
1	The mission	13
1.1	Background and terms of reference	13
1.2	Results and recommendations.....	13
2	The household budget survey	14
3	Classifications	15
4	Final consumption expenditure.....	15
4.1	Comparison with the previous HBS	16
4.2	Comparison with the current national accounts.....	18
5	Sequence of accounts	19
6	Product balances and retopolation	24
Anexo 1	Terms of reference.....	25
Anexo 2	Exemplos: Equilíbrios de produtos.....	28

1 A missão

1.1 Antecedentes e termos de referência

As contas nacionais anuais revistas para os anos 1991-2006, foram publicadas em Julho de 2007 tendo como ano base, para estimativas a preços constantes, actualizado para 2003. As contas anuais têm sido publicadas regularmente desde então, e as estimativas preliminares para 2009 estão a ser compiladas. As estimativas trimestrais do PIB, óptica da produção, foram também publicadas, pela primeira vez, em Julho de 2007, contendo uma série desde 2000. Desde então, estas estimativas têm sido publicadas com regularidade cerca de 90 dias depois do fim de trimestre de referência.

Segundo recomendações internacionais o ano base deve ser actualizado aproximadamente em cada cinco anos. Nesta altura, outras revisões são normalmente introduzidas. Assim, o INE decidiu mudar o ano base e introduzir outras revisões baseadas em fontes de dados novos como o inquérito ao orçamento familiar (IO). Em Agosto do ano passado, eu fui contratado pelo INE para auxiliar no planeamento do desenvolvimento futuro do Departamento de Contas Nacionais. Posteriormente, esta missão foi desenhada para:

- analisar e validar o IOF mais recente e o censo da população de 2007 para uso nas contas nacionais;
- identificar os variáveis relevantes para as contas diferentes das contas nacionais;
- expandir os dados do IOF ao total anual do ano base das contas nacionais; e
- transformar os dados em termos das contas nacionais.

O Anexo 1 contem os termos de referência.

1.2 Resultados e recomendações

Os resultados e as recomendações da missão são resumidos em cinco pontos (a-e) abaixo.

- Os resultados da IOF foram preparados pela equipa das contas nacionais antes da missão como descrito na Secção 2 do relatório. Alguns ajustes foram feitos durante a missão.
- O INE introduziu no ano passado uma classificação actualizada das actividades económicas (CAE, rev.2-2008). Portanto, a equipa das contas nacionais actualizou as classificações de ramos e produtos usadas pelas contas nacionais. A classificação de produtos foi discutido durante a missão e alguns ajustes foram feitos. Como recomendado pela missão, os bens serão definidos em termos do Sistema Harmonizado para implementar os novos códigos para as importações e exportações. Veja a Secção 3 abaixo.
- A equipa das contas nacionais tinha derivado a despesa de consumo final com base no IOF antes da missão. O resultado foi avaliado e algumas modificações

foram feitas. Veja a Secção 4 abaixo. Em primeiro lugar, o resultado foi comparado com o IOF anterior e, em geral, os dois inquéritos parecem comparáveis. Em segundo lugar, o resultado foi comparado com as contas nacionais correntes e, geralmente, o consumo final segundo o IOF é razoavelmente próximo. Há, no entanto, algumas discrepâncias substanciais. A despesa de consumo final é classificada por produto e por objectivo nas contas nacionais. Recomendação: Compilar estimativas anuais de consumo final pela COICOP e publicar pelo menos as categorias principais (o nível de dois dígitos).

- Uma sequência das contas foi compilada para o sector das famílias. Veja a Secção 5 do relatório. Recomendação: Analise todos os respondedores que relataram uma poupança negativa e imputar as receitas para estas famílias.
- Três exemplos de equilíbrios foram apresentados com uma estimativa de benchmark para 2009 e retroposição a 2007. Isto é discutido na Secção 6 abaixo.

Não era possível durante a missão tratar duas tarefas indicadas nos termos de referência.

- A compilação das contas de produção e exploração para as empresas de famílias por ramo (indústria, comércio, etc.).
- A análise e a validação dos resultados do censo de população para uso nas contas nacionais.

2 O inquérito ao orçamento familiar

Inquéritos ao orçamento familiar (IOF) são importantes para as contas nacionais. Em muitos países – como em Moçambique – isto é a única fonte para estimativas detalhadas do sector das famílias. O IOF de 2008/09 foi desenhado para cobrir as variáveis das contas nacionais deste sector:

- Consumo final das famílias classificado por COICOP e por produto;
- Receitas e transferências, recebidas e pagas; e
- As contas de produção e de exploração das empresas do sector das famílias classificadas por actividades económicas.

Uma sequência das contas, incluindo as contas correntes e a conta de capital, pode então ser compilada. Poucos países conduziram compilar a conta financeira e as contas de património para o sector das famílias.

O IOF cobriu doze meses, de Setembro 2008 a Agosto 2009. Isto foi convertido para o ano civil 2009: os resultados para Setembro-Dezembro 2008 foram aumentados pela variação do IPC como ilustrado no exemplo abaixo:

Resultado, Setembro 2008	200
Variação do ICP	+5%
Resultado estimado, Setembro 2009	210 (200 x 1.05)

O IPC relevante foi usado para os produtos compondo o consumo final enquanto o IPC total foi usado para as receitas e as transferências.

3 Classificações

A despesa de consumo final precisa de ser classificado por duas dimensões nas contas nacionais, por produto e por objectivo.

O INE introduziu recentemente uma classificação actualizada das actividades económicas (CAE, rev.2-2008); é baseada na nova versão da classificação internacional (CITA, rev.4). Posteriormente, a classificação dos produtos foi actualizada (CNBS, rev.2). Esta classificação aplica a origem industrial como o critério principal; é uma classificação dos produtos por actividade. Os cinco primeiros dígitos são os mesmos que no CAE, ver.2. A equipa das contas nacionais já criou uma classificação dos produtos baseada na CAE nova com aproximadamente 170 produtos, similarmente às contas nacionais correntes. Esta classificação foi discutida durante a missão e algumas modificações foram feitas. Além disso, o INE tem que definir os bens em termos do Sistema Harmonizado para implementar os novos códigos para as importações e exportações de bens. Modificações adicionais podem ser esperadas enquanto o trabalho sobre as revisões progride.

A classificação por objectivo é segundo a COICOP. De facto, os detalhes das despesas no questionário do IOF são designados por códigos da COICOP; os primeiros quatro dígitos são segundo a classificação internacional. Todos os códigos detalhados da COICOP têm uma correspondência um-para-um com um código de produto. Actualmente, a despesa de consumo final não é compilada e publicada anualmente pela COICOP. Isto é perfeitamente possível e recomenda-se a ser introduzida nas contas nacionais revistas.

4 Despesa de consumo final

Alguns itens da despesa não são despesa de consumo nas contas nacionais.

- a) A maior parte dos materiais e dos serviços comprados para a manutenção e a reparação pelos proprietários de habitação própria são tratados como consumo intermédio¹. No total, tal despesa monta a 1386 milhões segundo o IOF. Isto inclui a despesa pelas famílias que alugam a habitação; esta parte deve ser tratada como consumo final e pode ser calculada com base do IOF. Entretanto, oito por cento desta despesa² foram alocados ao consumo final, isto é 108 milhões.
- b) As quotizações para associações são transferências às instituições não lucrativas. O valor total é 48 milhões.

A despesa de consumo final derivada do IOF pode ser avaliada em duas maneiras: por uma comparação com o inquérito precedente; e por uma comparação com as contas nacionais correntes.

4.1 Comparação com o inquérito precedente

O inquérito precedente (Inquérito dos Agregados Familiares, IAF) foi conduzido em 2002/03 e foi convertido para representar o ano civil 2003, o ano de base das contas

¹ Se as compras são para a construção de uma casa ou para grandes reparações deve ser tratado como formação de capital.

² Rendas efectivas como por cento das rendas totais.

nacionais correntes. O método foi o mesmo como descrito em cima. O consumo das famílias é derivado nos equilíbrios de recursos e empregos. Com algumas excepções os valores do IAF, calculados por produto, foram tomados como o *benchmark* para 2003. A Tabela 1 abaixo mostra um sumário dos ajustes feitos ao IOF.

Tabela 1 Ajustes ao IOF de 2003

Produto(s)	IAF	Ajuste	Contas nacionais
Bebidas alcoólicas e tabaco	1 386	4 891	6 277
Transporte rodoviário de passageiros	1 624	7 877	9 501
Serviços prestados por organizações; serviços pessoais	130	1 165	1 295
Outros produtos	73 975	942	74 915
Total	77 115	14 875	91 989

Há três ajustes substanciais e, também, alguns ajustes menores.

- O IOF não é uma fonte prudente para bebidas alcoólicas e tabaco. Os respondedores relatam frequentemente um valor demasiado baixo neste tipo da despesa. O consumo das famílias é estimado com base os dados sobre a produção, as importações e as exportações.
- A estimativa da produção de serviços de transporte rodoviário de passageiros parece crível; é muito, muito acima do IOF.
- Serviços prestados por organizações e serviços pessoais parecem demasiado baixos no IOF comparados a outros dados disponíveis.

Idealmente, dois inquéritos intermitentes como o IAF 2002/03 e o IOF 2008/09 devem aplicar os mesmos métodos, definições e classificações para que os resultados sejam comparáveis. Entretanto, na prática há sempre algumas modificações que podem afectar a comparabilidade. A Tabela 2 compara a despesa de consumo final como derivada dos dois inquéritos antes dos ajustes.

Tabela 2 Consumo das famílias segundo o IOF 2009 e o IAF 2003

COICOP	Designação	IOF09	%	IAF03	%	IPC	Pr cons	Var
01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	99 859	55.8	38 707	50.2	1.919	74 292	5.1
02	Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	1 223	0.7	1 115	1.4	1.525	1 701	-5.3
03	Vestuário e calçado	9 934	5.6	4 930	6.4	1.149	5 664	9.8
04	Habituação, água, electricidade, outros combustíveis	30 824	17.2	15 978	20.7	1.882	30 065	0.4
05	Mobiliário, artigos, manutenção, etc. da habitação	7 732	4.3	4 880	6.3	1.313	6 408	3.2
06	Saúde	533	0.3	895	1.2	1.456	1 303	-13.8
07	Transportes	10 828	6.1	5 372	7.0	1.504	8 079	5.0
08	Comunicações	3 613	2.0	1 025	1.3	1.173	1 202	20.1
09	Lazer, recreação e cultura	2 787	1.6	1 641	2.1	1.219	2 001	5.7
10	Educação	7 054	3.9	485	0.6	1.419	688	47.4
11	Restaurantes, hotéis, cafés e similares	1 364	0.8	869	1.1	1.660	1 442	-0.9
12	Bens e serviços diversos	3 208	1.8	1 219	1.6	1.472	1 795	10.2
	Total	178 959	100.0	77 115	100.0		134 640	4.9
	Excl. 02, 06, 10	170 327		74 621			130 948	4.5

IOF09 e IAF03: As colunas 3-6 mostram a despesa de consumo final pela COICOP como derivada dos dois inquéritos, em milhões meticais e na base de percentagem.

IPC e Pr cons: As colunas 7-8 mostram a IPC (com 2003 = 100) e o consumo de 2003 aos preços de 2009 (multiplicados pelo IPC).

Var: A última coluna mostra a variação média por ano de 2003 a 2009 aos preços de 2009, isto é em termos de volume.

Segundo as contas nacionais preliminares para 2009, o crescimento médio anual do PIB foi de 7,6 por cento. Assim, um crescimento médio anual do consumo das famílias de 4.5-4.9 por cento parece razoável e, em geral, os dois inquéritos são comparáveis. Entretanto, com relação aos itens detalhados da despesa existem diferenças que devem ser avaliadas quando se incluem os resultados da POF 2009 nas contas nacionais revistas.

- 01 Poderia parecer inesperado que a percentagem do alimento aumentou de 2003 a 2009. A percentagem do alimento no consumo das famílias é uma medida aproximada da pobreza (lei de Engels).
- 02 O IOF 2009 parece mesmo menos bem sucedido do que o 2003 HBS em estimar o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco. nenhuns dos inquéritos fornecem resultados úteis.
- 03 O aumento médio anual do consumo de vestuário e de calçado parece um pouco demasiado elevado.
- 04 O aumento médio anual da despesa com habitação, etc., podia parecer um pouco baixo. No entanto, aqui é necessário analisar o desenvolvimento das componentes: as rendas (imputadas e efectivas), lenha, petróleo, electricidade e água.
- 05 O aumento médio anual da despesa com mobiliário, equipamento da família, etc. parece razoável.
- 06 A despesa com saúde é muito menor segundo o IOF 2009. A razão é que o governo introduziu preços baixos e fixos das consultas e dos medicamentos fornecidos pelo sector público.
- 07 O aumento médio anual da despesa com transporte parece alto, quando poderia ser razoável. Como o IAF 2003, no entanto, o IOF 2009 subestimou as despesas de transporte rodoviário de passageiros.
- 08 O grande aumento na comunicação é ainda menor do que as contas nacionais correntes para 2009. Houve certamente um desenvolvimento rápido nesta área.
- 09 O aumento médio anual da despesa com lazer, recreação e cultura podia ser razoável.
- 10 A despesa com educação não foi medida bem no IAF 2003; os dois inquéritos não são comparáveis.
- 11 Uma diminuição média anual da despesa com hotéis e restaurantes não parece provável.

12 O aumento médio anual da despesa com bens e serviços diversos parece demasiado elevado.

4.2 Comparação com as contas nacionais correntes

Com algumas excepções, a despesa de consumo final derivada do IOF está razoavelmente próximo às contas nacionais correntes. Um sumário é apresentado na Tabela 3 com uma comparação às contas nacionais preliminares de 2009. Como evidente na tabela, há algumas discrepâncias substanciais. Também deve ser notado que, embora algumas das categorias agregadas na tabela estão próximas, há discrepâncias de produtos individuais que se eliminam.

Tabela 3 Despesa de consumo das famílias segundo o IOF 2009 e as contas nacionais

Designação	IOF			Discrepâncias			CN correntes		
	Total	Cmpr	AC	Total	Cmpr	AC	Total	Cmpr	AC
Alimentares	99 436	43 626	55 809	3 921	13	3 908	95 515	43 613	51 902
Bebidas e tabaco	1 931	1 682	8	-9 707	-9 316	-391	11 637	11 239	398
Vestuário e calçado	10 016	10 016		4 598	4 598		5 418	5 418	
Combustíveis de petróleo	3 455	3 455		-10 561	-10 561		14 016	14 016	
Outros bens	31 616	23 563	8 053	-293	-1 317	1 023	31 909	24 880	7 030
Transporte rodoviário de passageiros	2 628	2 628		-18 945	-18 945		21 573	21 573	
Serviços auxiliares de intermediação financeira				-2 606	-2 606		2 606	2 606	
Serviços de imóveis residenciais	15 920	1 239	14 681	6 166	643	5 524	9 753	596	9 157
Educação	6 996	6 996		5 846	5 846		1 150	1 150	
Outros serviços	7 001	6 638	363	-3 556	-3 070	-486	10 557	9 708	849
Aquisições efectuadas directamente no estrangeiro				-3 735	-3 735		3 735	3 735	
Total	178 998	100 084	78 914	-28 872	-38 450	9 578	207 870	138 534	69 336

Cmpr = compras e outras aquisições AC = auto-consumo

Alimentação: O valor total de compras de alimentos é o mesmo nas contas nacionais, enquanto o consumo de produção própria é um pouco maior. Para alguns produtos, existem diferenças significativas que se eliminam.

Bebidas e tabaco: O IOF não é uma fonte prudente de bebidas alcoólicas e tabaco. Respondentes normalmente relatam um valor menor, se houver, sobre este tipo de despesas. Assim, o IOF não fornece informações úteis para as contas nacionais.

Vestuário e calçado: O consumo de vestuário e calçado segundo o IOF é quase duas vezes maior que as contas nacionais. Isto provavelmente resultará em revisões significativas.

Combustíveis do petróleo: As contas nacionais parecem erróneas para os últimos três anos. O consumo de 2003 é segundo o IAF 2003.

Outros produtos: O valor total das compras de alimentos é o mesmo nas contas nacionais. Para alguns produtos existem diferenças significativas que se eliminam.

Transporte rodoviário de passageiros: Como o IAF 2003, o IOF 2009 subestimou as despesas de transporte rodoviário de passageiros; daí a grande diferença.

Serviços auxiliares de intermediação financeira: Há um erro nas contas nacionais correntes; as famílias não têm este tipo da despesa.

Serviços de imóveis residenciais: A suposição nas contas nacionais é que houve pouco ou nenhum aumento anual dos serviços de habitação. Isto não parece correcto.

Educação: A despesa com a educação é baseada em questões mais abrangentes no IOF 2009 e, portanto, é considerada mais confiável do que no IAF 2003.

Outros serviços: O IOF 2009 fornece um valor menor para a maioria dos serviços em comparação com as contas nacionais.

Aquisições efectuadas directamente no estrangeiro não são medidas pelo IOF.

5 A sequência das contas

O IOF incluiu perguntas sobre as receitas pelo tipo (salários, receitas de negócio, transferências) e transferências pagas. Com base nos dados sobre as receitas, as transferências e a despesa de consumo final, uma sequência das contas foi compilada como ilustrado na tabela 4.

Tabela 4a Conta de produção

Operação	Designação	Empregos	Recursos
P11	Produção mercantil		
	Receitas de negócio		59 058
	Arrendamento da casa		1 583
	Arrendamento do carro		300
P12	Produção para utilização final própria		
	Alimentos; lenha e carvão vegetal		63 870
	Rendas imputadas, imóveis residenciais		14 681
	Serviços domésticos		363
P2	Consumo intermédio		
	Produtores mercantis	49 493	
	Produtores para utilização final própria	1 260	
B1	Valor acrescentado, bruto	89 103	

P11 Receitas de negócio: Este item inclui também as vendas pelas famílias acopladas envolvidas em actividades comerciais; compras para revenda devem ser deduzidas da produção e do consumo intermediário (veja abaixo). Uma imputação foi feita para as famílias que registaram despesas do negócio sem registar receitas.

Arrendamento da casa: O questionário pediu do rendimento líquido; assim, a produção deve ser elevada um pouco e a mesma adição deve ser feita ao consumo intermédio (veja abaixo). Note-se que a despesa com arrendamento da casa era 1239 segundo o IOF, que é menor do que a receita (1583).

Arrendamento do carro: Eu fiz correcções a dois itens; 240000 e 69300 como relatado por duas famílias não são possíveis. Mesmo assim, o valor ajustado parece demasiado elevado.

Produção mercantil não inclui as vendas de produtos agrícolas e pecuários.

- P12 Produção para utilização final própria é igual ao auto-consumo.
- P2 Produtores mercantis: Consumo intermédio é como registado no IOF. Como indicado acima, compras para revenda devem ser deduzidas.
 Produtores para utilização final própria: Somente o consumo intermédio da habitação própria é incluído. O consumo intermédio para a produção de alimentos e lenha não é incluído.
- B1 O valor acrescentado é calculado bruto e, assim, os saldos das contas seguintes. Não é possível calcular o consumo de capital fixo.

Tabela 4b Conta de exploração

Operação	Designação	Empregos	Recursos
B1	Valor acrescentado bruto		89 103
D11	Ordenados e salários		
	Despesa em salários	2 986	
	Empregados domésticos	363	
D29	Outros impostos sobre a produção		
B2	Excedente de exploração, bruto	13 421	
B3	Rendimento misto, bruto	72 332	

- D11 Despesa em salários é como registado no IOF pelas famílias com receitas de negócio.
 Ordenados dos empregados domésticos são iguais à produção pela definição.
- D29 Outros impostos sobre a produção certamente são pagos pelas empresas do agregado familiar, por exemplo, as licenças comerciais ou profissionais mas não são especificadas pelo IOF.
- B2 Excedente de exploração, bruto origina-se das rendas imputadas da habitação própria; trabalho não é envolvido nesta actividade.
- B3 O saldo da conta de exploração das famílias contém implicitamente um elemento de remuneração do trabalho efectuado pelo proprietário ou membros da sua família, assim rendimento misto.

Tabela 4c Conta de afectação do rendimento primário

Operação	Designação	Empregos	Recursos
B2	Excedente de exploração, bruto		13 421
B3	Rendimento misto, bruto		72 332
D11	Ordenados e salários		71 508
D12	Contribuições sociais dos empregadores		
D41	Juros e devedores	1 077	370
D42	Dividendos		
D45	Rendas de terrenos		51
B5	Saldo dos rendimentos primários	156 606	

- D11 Ordenados e salários foram registados líquidos no IOF. Isto é, não incluem impostos e contribuições sociais do empregado que são deduzidos pelo empregador. O montante bruto deve ser cerca de 78-80 bilhões (impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares = 6340 milhões).
- D12 Contribuições sociais dos empregadores não foram registadas no IOF. Isto não afecta o rendimento disponível porque estas contribuições são registadas também como uma despesa na conta seguinte. O total das contribuições sociais dos empregadores deve ser no máximo 2 milhões.
- D1 As remunerações dos empregados (D11+D12) calculadas nas contas nacionais correntes equivalem 68 bilhões meticais. Isto é cerca de 20 por cento menos do que o IOF.
- D41 Os juros recebidos segundo o IOF incluem também devedores e, assim, estão um pouco sobrestimados.
- D42 Dividendos não foram registados no IOF.
- D45 Uma parte das rendas dos terrenos pode ser paga pelas outras famílias e, assim, é uma operação interna no sector.

Tabela 4d Conta de distribuição secundária do rendimento

Operação	Designação	Empregos	Recursos
B5	Saldo dos rendimentos primários		156 606
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, etc.		
D61	Contribuições sociais		
D62	Prestações sociais em dinheiro		
	Pensão de reforma		2 284
	Pensão de sangue (viuvez)		132
	Pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas		128
D63	Prestações sociais em espécie		
	Pelas ISFL em espécie		314
D71	Prémios líquidos de seguro não vida		
D72	Indemnizações de seguros não-vida		11
D75a	Transferências correntes diversas		
	Contribuições para instituições sem fins lucrativos e religiosa	311	
	Clubes, partidos, associações	23	
	Quotizações para associações	48	
	De/para o estrangeiro, em dinheiro	459	2 038
	Do estrangeiro, em espécie		1 376
	Outras transferências	3 058	2 884
B6	Rendimento disponível, bruto	161 875	
D75b	Transferências internas no sector das famílias		
	Pensão de divórcio	5	20
	Pensão de alimentação	145	187
	Xitique	2 106	1 654
	Recebidas de familiares fora do agregado, em dinheiro		2 409
	Recebidas de familiares fora do agregado, em espécie		2 456

- D5 Impostos correntes sobre o rendimento não foram registados no IOF. Contudo, a maior parte é provavelmente deduzida dos ordenados. Veja acima (D11).
- D61 Contribuições sociais incluem três categorias: A) dos empregadores, B) dos empregados e C) dos trabalhadores por conta própria. A e B não afectam o rendimento disponível como indicado acima (D11 e D12). C pode ser incluído nas outras transferências. Veja abaixo (D75)
- D62 O IOF registou três tipos de prestações sociais em dinheiro: pensão de reforma, pensão de sangue (viuvez) e prestações fornecidas pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas.
- D63 Prestações sociais em espécie são todas fornecidas pelas instituições sem fins lucrativos segundo o IOF.
- D71 Prémios de seguro não vida são registados como despesa de consumo final embora parte do prémio é uma transferência, assim prémios líquidos.
- D72 Indemnizações de seguros não-vida: O valor total das indemnizações é 58 milhões segundo as contas das empresas de seguro; 11 milhões para as famílias podem ser razoável.
- D75a Os três primeiros itens são transferências para instituições sem fins lucrativos. O item “Clubes, partidos, associações” é incluído sob transferências no IOF enquanto o item “Quotizações para associações” é incluído sob despesas mensais. Estes dois itens parecem sobrepor-se. Transferências recebidas do estrangeiro, em dinheiro e espécie, constam de transferências de familiares, que trabalham no estrangeiro. Outras transferências: O valor é grande tanto para as transferências recebidas e pagas e não parece razoável.
- B6 Rendimento disponível é calculado sem considerar as transferências internas no sector que teoricamente deviam equilibrar. Veja os comentários seguintes
- D75b Transferências internas no sector das famílias deviam equilibrar como indicado acima: O que uma família fornece outra recebe. Na prática nunca equilibram num inquérito. Comentários:
Recebidas de familiares fora do agregado, em dinheiro: a) Este item podia incluir, pelo menos parcialmente, dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro. b) O IOF não inclui a pergunta “Quanto *contribuiu* para familiares fora do agregado”.
Recebidas de familiares fora do agregado, em espécie: a) Podia incluir, pelo menos parcialmente, ofertas em espécie recebidas de familiares que trabalham no estrangeiro. b) O que é recebido das familiares residentes no país já está registado como uma despesa de consumo, pelo menos em princípio.

Tabela 4e Conta de utilização do rendimento disponível

Operação	Designação	Empregos	Recursos
B6	Rendimento disponível, bruto		161 875
P3	Despesa de consumo final	179 493	
B8	Poupança, bruta	-17 618	

- P3 Despesa de consumo final é como derivado na Secção 4 acima.
- B8 A poupança derivada do IOF está negativa, – 17.6 milhões mas não inclui um rendimento importante, isto é o rendimento misto de agricultura e pecuário mercantil, aproximadamente 6-7 milhões. Assim, a poupança seria negativa mesmo com esta renda incluída. Este não é possível – as receitas são subestimadas com certeza.

Conta de capital: A herança é a única variável fornecida pelo IOF (2719 milhões); é uma transferência de capital a receber. O item principal da conta é a formação bruta de capital fixo que não é fornecida pelo IOF. Inclui a construção e as compras das casas assim como aquisições dos veículos e do equipamento para empresas do agregado familiar.

Ao todo, os dados de IOF têm que ser ajustados e complementados de outras fontes para compilar a sequência das contas. Três exemplos:

- Como dito acima, as receitas são subestimadas com certeza. Os ajustes podem ser feitos analisando os respondentes que forneceram dados resultando numa poupança negativa. As receitas destas famílias poderiam ser assumidas igual à despesa total. De facto, este tipo do ajuste já foi feito para as empresas familiares que não declararam receitas de negócio.
- O censo de agricultura e pecuário em curso fornecerá dados nas receitas e despesas das famílias que se ocupam com estas actividades.
- As contas do estado contêm dados sobre impostos sobre o rendimento, contribuições sociais de empregadores e prestações sociais. Da mesma maneira as contas das empresas de seguro contêm dados sobre prémios e indemnizações de seguro.

6 Os equilíbrios e retopolação

Três exemplos de equilíbrios foram preparados em ficheiros do Excel para as contas nacionais revisadas usando a classificação nova dos produtos. Os exemplos incluem:

P03111-1	Peixes frescos, refrigerados
P20231	Sabões e sabonetes, detergentes, produtos de limpeza
P61200	Serviços de telefonia móvel

O desenho do sistema de IT, NADABAS, será a mesma que é para as contas nacionais correntes. Contudo, pelo menos uma modificação será necessária: Uma *key family* tem que ser criado para o consumo das famílias para atender à classificação por COICOP. Talvez houver uma ou duas modificações adicionais.

O Anexo 2 mostra o desenho e fornece algumas explicações. Como evidente nos exemplos é sugerido que apenas dois anos para trás, 2007 e 2008, devam ser revistos.

Não faz sentido mudar a base para muitos anos antes de 2009, porque os pesos do ano de base precedente (2003) são mais exactos, por exemplo para 2002-05. As estimativas a preços de 2003 para 2002-05 certamente medem melhor os movimentos de volume comparados aos preços constantes de 2009. Deve-se, portanto, manter os preços de 2003, por exemplo para os anos 2002-2006, e ligar estes anos no ano 2007.

O SCN recomenda mudar a base cada ano, isto é preços constantes medidos a preços do ano anterior. Então as séries em função de volume³ são derivadas pelo encadeamento. Isto não será possível no caso de Moçambique, mas as séries longas poderiam ser construída como um jogo das séries em cadeia. O INE podia optar por um ciclo de cinco ou seis anos para actualizar o ano base, por exemplo 2003, 2009, 2014 (ou 2015), etc.

Observar também que os agregados têm que ser ligados. O PIB, por exemplo, não será igual à soma dos seus componentes nas séries em cadeia a preços constantes excepto os anos mais recentes com o ano de base novo.

Além do novo ano base, haverá revisões a preços correntes, por exemplo, por causa da nova classificação de ramos e produtos. Tanto quanto possível os anos antes de 2007 devem ser ligados com as estimativas revistas a preços correntes.

³ O SCN usa o termo “em função de volume” para descrever as séries em cadeia. Veja SCN 15.21.

1 The mission

1.1 Background and terms of reference

Revised and rebased annual national accounts of Mozambique for the years 1991 to 2006 were released in July 2007 with the base year for estimates at constant prices updated to 2003. Annual national accounts have since been published once a year; preliminary estimates for 2009 are currently being prepared. Also in July 2007, quarterly estimates of GDP by activity at constant prices were released for the first time, from the year 2000, and have since been published regularly about 90 days after the end the quarter.

In line with international recommendations the base year should be updated regularly, about every five years. At the same time other revisions are normally introduced. Therefore, INE has decided to rebase the national accounts and introduce new data sources such as the 2008/09 Household Budget Survey (HBS). In August last year, I was engaged by INE to assist in planning the future development in the National Accounts Department. Subsequently, this mission has been commissioned to:

- analyze and validate the most recent HBS and population census for use in national accounts;
- identify the relevant variables for compiling the different accounts of the national accounts;
- expand the HBS data to the annual total according to the reference period of the expenditure (2008 or 2009); and
- convert the data into national account terms.

Appendix 1 contains the terms of reference.

1.2 Results and recommendations

The results and recommendations of the mission are summarised in five points (a-e) below:

- The results of the HBS had been prepared by the national accounts team before the start of the mission as described in Section 2 of the report. A few adjustments were made during the mission.
- INE has updated its classification of economic activities and products in accordance with ISIC, rev.4, the latest international recommendations. Therefore, the national accounts team has updated the classifications for the national accounts. The classification of products was discussed during the mission and a few modifications were made. As recommended by the mission, goods will be defined in terms of the Harmonised System, in order to implement the new product codes for imports and exports. See Section 3 below.
- The national accounts team had derived final consumption expenditure on the basis of the HBS before the mission. This was evaluated during the mission and some modifications were made. See Section 4 below. Firstly, the result was compared with the previous HBS and, in general, the two surveys seem

comparable. However, a few adjustments must be made as was the case in the previous survey. Secondly, the result was compared with the current national accounts and, by and large, final consumption expenditure according to the HBS is fairly close. There are, however, a few substantial discrepancies. Final consumption expenditure is classified by product and by COICOP in the national accounts. Recommendation: Compile annual estimates of final consumption by COICOP and publish at least the major categories (two-digit level).

- A sequence of accounts was compiled for the household sector on the basis of the HBS during the mission. See Section 5 of the report. Recommendation: Analyse all the respondents that reported a negative saving and impute income for those households.
- Three examples of product balances were presented with a benchmark estimate for 2009 and retropolation back to 2007. This is discussed in Section 6 below.

It was not possible during the mission to deal with two tasks indicated in the terms of reference:

- Compilation of the production and generation of income accounts for household enterprises by economic activity (manufacturing, wholesale and retail trade, etc.).
- Analysis and validation of the results of the 2007 population census for purposes of the national accounts.

2 The household budget survey

Household budget surveys (HBS) are important for national accounts. In many countries – as in Mozambique – this is the only source for detailed estimates of the household sector. The 2008/09 HBS was designed to cater for the national accounts variables of this sector:

- Household final consumption classified by COICOP and by product;
- Revenue and transfers received and paid; and
- Production and generation of income accounts for household enterprises classified by economic activity.

A sequence of accounts, including the current accounts and the capital account, can then be compiled. Very few countries have managed to compile the financial account and the balance sheets for the household sector.

The HBS covered twelve months, from September 2008 to August 2009. This was converted into the calendar year 2009 by adjusting the results for September-December 2008 with the change of the CPI as illustrated in the example below:

Result, September 2008	200
Change in the CPI	+5%
Estimated result, September 2009	210 (200 x 1.05)

The relevant CPI-category was used for the expenditure items of the HBS, while the CPI all items was used for revenue and transfers. A few modifications were done to the deflators during the mission.

3 Classifications

Final consumption expenditure needs to be classified by two dimensions in the national accounts, by product and by purpose.

INE introduced an updated classification of economic activities (CAE, rev.2-2008) some time ago. It is based on the latest version of the international classification (ISIC, rev.4). Subsequently, the classification of products was updated (CNBS, rev.2). This classification applies industrial origin as the main criterion; it is a classification of products by activity. The first five digits are the same as in CAE, rev.2. The national accounts team had put together a classification of products based on the new CAE with about 170 products, similarly to the current national accounts. This classification was discussed during the mission and a few modifications were made. Besides, INE must define the goods in terms of the Harmonised System, in order to implement the new codes for imports and exports of goods. Additional modifications can be expected as the work on the revised estimates progresses.

The classification by purpose is according to COICOP. The details of expenditure in the HBS-questionnaire are actually designated by COICOP-codes; the first four digits are according to the international classification. The detailed COICOP-codes all have a one-to-one correspondence with a national accounts product code. Currently, final consumption expenditure by households is not compiled and published by COICOP on an annual basis. This is, however, perfectly possible and it is recommended to be introduced in the revised national accounts.

4 Final consumption expenditure

A few expenditure items should not be classified as final consumption in the national accounts:

- a) Materials and services purchased for maintenance and repair of own dwellings are intermediate consumption⁴. In total, such expenditure amounts to 1386 million according to the HBS. This also includes expenditure by households that rent the dwellings. This part should be recorded as final consumption and can be estimated on the basis of the HBS. Meanwhile, eight per cent of this expenditure⁵ was allocated to final consumption, i.e. 108 million.
- b) Membership fees are transfers to non-profit institutions serving households. The total amount is 48 million.

The final consumption expenditure derived from the HBS can be evaluated in two ways: by a comparison with the previous HBS; and by a comparison with the current national accounts.

⁴ If the purchases are for construction of a house or for major repairs, then they should be treated as gross fixed capital formation.

⁵ Per cent actual rent paid of total rent,

4.1 Comparison with the previous HBS

The previous HBS was conducted in 2002/03 and was converted to represent the calendar year 2003, the base year of the current national accounts. The method was the same as described above. Household consumption is derived within the framework of product flows. With a few exceptions the HBS values, calculated by products, were taken as the benchmark for 2003. Table 1 below shows a summary of the adjustments made to the 2003 HBS.

Table 1 Adjustments to the 2003 HBS

Product(s)	HBS	Adjustment	National accounts
Alcoholic beverages and tobacco	1 386	4 891	6 277
Passenger transport by road	1 624	7 877	9 501
Services by NPISH and personal services	130	1 165	1 295
Other products	73 975	942	74 915
Total	77 115	14 875	91 989

There are three substantial adjustments and a few minor ones.

- The HBS is simply not a reliable source for alcoholic beverages and tobacco. Respondents normally report a lower amount, if any, on this kind of expenditure. Household consumption is estimated on the basis data on production, imports and exports.
- The survey results regarding output of passenger transport services were much too low compared to estimates of output.
- Services by NPISH and personal services seem too low in the HBS compared to other available data

Ideally, two intermittent surveys like the HBS 2002/03 and 2008/09 should apply the same methods, definitions and classifications in order for the results to be comparable. In practice, however, there are always some modifications that can affect the comparability. Table 2 compares the final consumption expenditure as derived from the two surveys before adjustments.

Table 2 Household final consumption according to the HBS 2003 and 2009

COICOP	Description	HBS09	%	HBS03	%	CPI	Cons pr	Change
01	Food and non-alcoholic beverages	99 859	55.6	38 707	50.2	1.919	74 292	5.1
02	Alcoholic beverages, tobacco and narcotics	1 223	0.7	1 115	1.4	1.525	1 701	-5.3
03	Clothing and footwear	9 911	5.5	4 930	6.4	1.149	5 664	9.8
04	Housing, water, electricity, gas and other fuels	30 933	17.2	15 978	20.7	1.882	30 065	0.5
05	Furnishings, household equipment, etc.	7 732	4.3	4 880	6.3	1.313	6 408	3.2
06	Health	533	0.3	895	1.2	1.456	1 303	-13.8
07	Transport	10 864	6.1	5 372	7.0	1.504	8 079	5.1
08	Communications	3 613	2.0	1 025	1.3	1.173	1 202	20.1
09	Recreation and culture	2 844	1.6	1 641	2.1	1.219	2 001	6.0
10	Education	7 410	4.1	485	0.6	1.419	688	48.6
11	Restaurants and hotels	1 364	0.8	869	1.1	1.660	1 442	-0.9
12	Miscellaneous goods and services	3 208	1.8	1 219	1.6	1.472	1 795	10.2
	Total	179 493	100.0	77 115	100.0		134 640	4.9
	Excl. 02, 06, 10	170 327		74 621			130 948	4.5

HBS09 and HBS03: Columns 3-6 show final consumption expenditure by COICOP as derived from the two surveys and the percentage distribution.

CPI and Cons pr: Columns 7-8 show the CPI (rereferenced with 2003 = 100) and the consumption for 2003 at 2009 prices (multiplied by the CPI).

Change: The last column shows the annual average change in 2009 prices, i.e. in volume terms.

According to preliminary national accounts for 2009, the annual average growth of GDP was 7.6 per cent from 2003 to 2009. Thus, an annual average growth of household consumption at 4.9 per cent seems realistic and, on the whole, the two surveys are comparable. Regarding detailed expenditure items, however, there are differences that have to be evaluated when including the results of the 2009 HBS in the revised national accounts.

- 01 It could seem unexpected that the share of food has increased from 2003 to 2009. The share of food in household consumption is an approximate measure of poverty (Engels' law).
- 02 The 2009 HBS seems even less successful than the 2003 HBS in estimating consumption of alcoholic beverages and tobacco. None of the surveys provide useful results for this item.
- 03 The annual average increase of the consumption of clothing and footwear seems a bit too high.
- 04 The annual average increase of expenditure on housing, etc. may seem a bit too low. However, here it is necessary to look at the development of the components: rents (imputed and actual), firewood, paraffin, electricity and water.
- 05 The annual average increase of expenditure on furnishings, household equipment, etc. seems reasonable.

- 06 The expenditure on health is much lower in the 2009 HBS. The reason is that the government has introduced low and fixed prices for consultations and medicines provided by the public sector.
- 07 The annual average increase in transport expenditure seems high although it could be reasonable. Like the previous HBS, however, the 2009 survey has underestimated the expenditure on passenger road transport.
- 08 The massive increase in communication is even lower than the current national accounts estimates for 2009. There has certainly been a rapid development in this area.
- 09 The annual average increase of expenditure on recreation and culture could be reasonable.
- 10 Expenditure on education was not properly measured in the 2003 HBS so the two surveys are not comparable.
- 11 An annual average decrease of expenditure on hotels and restaurants does not seem likely.
- 12 The annual average increase of expenditure on miscellaneous goods and services appears too high.

4.2 Comparison with the current national accounts

In general, the final consumption expenditure according to the HBS is fairly close to the current national accounts. There are, however, a few substantial discrepancies. A summary is presented in Table 1. It should also be kept in mind that, although some of the aggregated categories in the table are quite close, there are discrepancies for individual products that eliminate each other.

Table 3 Household final consumption according to IOF 2009 and the national accounts

Description	IOF			Discrepancies			Current national accounts		
	Total	Purch	Own	Total	Purch	Own	Total	Purch	Own
Food	99 436	43 626	55 809	3 921	13	3 908	95 515	43 613	51 902
Beverages and tobacco	1 931	1 923	8	-9 707	-9 316	-391	11 637	11 239	398
Clothing and footwear	10 016	10 016		4 598	4 598		5 418	5 418	
Petroleum fuels	3 455	3 455		-10 561	-10 561		14 016	14 016	
Other goods	31 616	23 563	8 053	-293	-1 317	1 023	31 909	24 880	7 030
Passenger transport by road	2 628	2 628		-18 945	-18 945		21 573	21 573	
Support services to fin. intermediation				-2 606	-2 606		2 606	2 606	
Dwellings	15 920	1 239	14 681	6 166	643	5 524	9 753	596	9 157
Education	6 996	6 996		5 846	5 846		1 150	1 150	
Other services	7 001	6 638	363	-3 556	-3 070	-486	10 557	9 708	849
Direct purchases abroad				-3 735	-3 735		3 735	3 735	
Total	178 998	100 084	78 914	-28 872	-38 450	9 578	207 870	138 534	69 336

Purch = purchases and other acquisitions

Own = consumption of own output

Food: The total value of food purchases is the same as in the national accounts, while the consumption of own produce is a bit higher. For some products there are significant differences but they level out.

Beverages and tobacco: The HBS is simply not a reliable source for alcoholic beverages and tobacco. Respondents normally report a lower amount, if any, on this kind of expenditure. Thus, the HBS does not provide useful data for the national accounts.

Clothing and footwear: The consumption of clothing and footwear according to the HBS is almost twice as big as the national accounts. This will probably result in significant revisions.

Petroleum fuels: The national accounts seem to be erroneous for the latest three years; the estimate for 2003 is based on the previous HBS.

Other goods: The total is the same as in the national accounts. For some products there are significant differences but they level out.

Passenger transport by road: Like the previous HBS, the 2009 HBS has underestimated the expenditure on passenger road transport; hence the big difference.

Support services to financial intermediation: There is an error in the national accounts; households do not consume these services.

Dwellings: The national accounts assume that there has been little or no annual increase in dwelling services. This does not seem correct.

Education: Expenditure on education is based on more comprehensive questions in the 2009 HBS and, therefore, is judged more reliable.

Other services: The HBS provides a lower value for most services compared to the national accounts.

Direct purchases abroad: Most of these expenses are not recorded in the HBS.

5 Sequence of accounts

The HBS included questions on income by type (salaries, business income, transfers) and transfers paid. On the basis of these data on income, transfers and consumption expenditure, a sequence of accounts was compiled as illustrated in Table 4.

Table 4a Production account

Transact	Description	Uses	Resources
P11	Market output		
	Business income		59 058
	House rental		1 583
	Car rental		300
P12	Output for own final consumption		
	Food, firewood and charcoal		63 870
	Imputed rent, owner-occupied dwellings		14 681
	Domestic services		363
P2	Intermediate consumption		
	Market producers	49 493	
	Producers of own final consumption	1 260	
B1	Value added, gross	89 103	

P11 **Business income:** This item includes sales by households engaged in trade activities; purchases for resale should be deducted here and from intermediate consumption (see below). An imputation was made for households that reported business expenditure without reporting any income.

House rental: The questionnaire asked for net income; thus, output should be slightly higher and an addition should be made to intermediate consumption (see below. Note that expenditure on house rentals was 1239 according to the HBS, which is lower than rental income (1583).

Car rental: I made corrections to two items; 240000 and 69300 as reported by two households is not possible. Yet the income seems too high.

Market output does not include sales of agricultural and livestock products.

P12 Output for own final consumption is equal to final consumption of own output.

P2 **Market producers:** Intermediate consumption is as reported in the HBS by households that operate a business. As indicated above, purchases for resale should be deducted.

Producers for own final consumption: Only intermediate consumption by owner-occupied dwellings is included calculated as described above in Section 2.1. Intermediate consumption for production of own food is not included.

B1 The value added is calculated gross and, thus, the balances of the subsequent accounts. It is not possible to calculate consumption of fixed capital

Table 4b Generation of income account

Transact	Description	Uses	Resources
B1	Value added, gross		89 103
D11	Wages and salaries		
	Expenditure salaries	2 986	
	Wages for domestic employees	363	
D29	Other taxes on production		
B2	Operating surplus, gross	13 421	
B3	Mixed income, gross	72 332	

- D11 Expenditure on wages is as reported in the HBS by households that operate a business.
Wages to domestic employees is by definition equal to output.
- D29 Other taxes on production are certainly paid by household enterprises, e.g. trading licences but are not measured by the HBS.
- B2 Imputed rent for owner-occupied dwellings does not involve any labour, hence operating surplus.
- B3 The balancing item in the generation of income account is mixed income for households; the term “mixed” indicates that it includes remuneration of the labour of the owner and family members.

Table 4c The allocation of primary income account

Transact	Description	Uses	Resources
B2	Operating surplus, gross		13 421
B3	Mixed income, gross		72 332
D11	Wages and salaries		71 508
D12	Employers' social contributions		
D41	Interest	1 077	370
D42	Dividends		
D45	Land rent		51
B5	Balance of primary incomes	156 606	

- D11 Wages and salaries were registered net in the HBS, i.e. they don't include taxes and employees' social contributions that are deducted by the employer. The gross amounts should be about 78-80 billions (income taxes for individuals = 6340 millions).
- D12 Employers' social contributions were not registered. This does not affect disposable income because these social contributions are also recorded as expenditure in the following account.
- D1 Compensation of employees in the current national accounts is equal to 68 billion; this is about 20 per cent below the HBS.
- D41 Interest received in the HBS also includes some loans and is thus a bit overestimated.
- D42 Dividends were not registered in the HBS.
- D45 Part of land rent could be paid by other households and is then an internal transaction in the household sector.

Table 4d Secondary distribution of income account

Transact	Description	Uses	Resources
B5	Balance of primary incomes		156 606
D5	Current taxes on income and wealth, etc.		
D61	Social contributions		
D62	Social benefits in cash		
	Old age pension		2 284
	Widows' pension		132
	From non-profit institutions serving households (NPISH)		128

D63	Social benefits in kind		
	From NPISH		314
D71	Non-life insurance premiums net		
D72	Non-life insurance benefits		11
D75a	Miscellaneous current transfers		
	Contributions to NPISH	311	
	Payments to clubs, political parties, associations	23	
	Membership fees	48	
	From/to the rest of the world in cash	459	2 038
	From the rest of the world in kind		1 376
	Other transfers	3 058	2 884
B6	Disposable income, gross	161 875	
D75b	Transfers within the household sector		
	Divorce settlements	5	20
	Alimonies	145	187
	Xitique (informal mutual loan schemes)	2 106	1 654
	Received from family members outside the household in cash		2 409
	Received from family members outside the household in kind		2 456

D5 Income taxes were not registered in the HBS. However, the major part is probably deducted from wages and salaries. See above (D11)

D61 Social contributions include three categories: A) employers' social contributions; B) employees' social contributions; and C) contributions by self-employed. A and B do not affect disposable income as indicated above (D11 and D12). C could be included in other transfers. See below (D75).

D62 The HBS registered three types of social benefits in cash: old age pension, widows' pension and benefits provided by non-profit institutions serving households (NPISH).

D63 Social benefits in kind are all provided by NPISH.

D71 Non-life insurance premiums are registered as final consumption expenditure although part of the premium is a transfer, thus premiums net.

D72 Non-life insurance benefits: The total value of the benefits is 58 millions according to the accounts of the insurance companies; 11 million for the household sector could be reasonable.

D75a The first three items are transfers to NPISH. The item "Payments to clubs, political parties, associations" is included under transfers in the HBS while the item "Membership fees" is included under consumption expenditure. These two items seem to overlap.

Transfers from abroad, in kind and in cash, consist of transfers of family members who work abroad.

Other transfers: The value is big, both paid and received, and does not seem reasonable.

B6 Disposable income is derived without considering transfers between households, which should balance, at least in theory. What one family provides another receives. See the comments below.

D75b Transfers that are internal in the household sector should cancel out as indicated above. In practice they will never cancel out in a survey. Comments:

Received from family members outside the household in cash: a) This item should include, at least partially, cash received from family members who work abroad. b) The HBS did not include the question “How much did you *contribute* to family members outside the household.”

Received from family members outside the household in kind: a) This item should include, at least partially, transfers in kind from family members who work abroad. b) Transfers in kind from family members who are resident in the country are in principle already recorded as final consumption.

Table 4e Use of disposable income account

Transact	Description	Uses	Resources
B6	Disposable income, gross		161 875
P3	Final consumption expenditure	179 493	
B8	Saving, gross	-17 618	

P3 Final consumption expenditure is as derived in Section 4 above.

B8 The saving derived from the HBS is negative, □ 17.6 million but does not include an important income, i.e. mixed income generated in agriculture and animal farming, approximately 6-7 millions. Thus, the saving would be negative even with that income included. This is not possible □ income is certainly underestimated.

Capital account: Inheritance is the only variable provided by the HBS (2719 millions); this is a capital transfer receivable. The major item of the account is gross fixed capital formation, which is not provided by the HBS. It includes construction and purchases of houses as well as acquisitions of vehicles and equipment for household enterprises.

Altogether, the HBS data have to be adjusted and complemented by other sources in order to compile the sequence of accounts. Three examples:

- As stated above, income is certainly underestimated. Adjustments can be made by analysing the respondents that have provided data resulting in negative saving. The income of such households could be assumed to be equal to total expenditure. In fact, that kind of adjustment has already been made for household enterprises that did not report any business income.
- The ongoing census of agriculture and animal farming will provide data on income and expenditure of agricultural households.
- Government accounts contain data on income taxes, employers’ social contributions and social benefits. Similarly, accounts of insurance companies contain data on insurance premiums and claims.

6 Product balances and retropolation

Three examples of product balances have been put together in Excel workbooks for the revised national accounts using the new classification of products. The examples comprise:

P03111-1	Fish (fresh and refrigerated)
P20231	Soaps, detergents, cleaning preparations
P61200	Mobile telephone services

The design of the IT-system, NADABAS, will be the same as it is for the current national accounts. However, at least one modification will be needed: A key family has to be created for household consumption to cater for the classification by COICOP. Perhaps there will be one or two additional modifications.

Appendix 2 shows the design and provides some explanations and suggestions on the compilation of the product balances. As evident from the examples it is suggested that the revised estimates should be done only for two back years, 2007 and 2008. The reasons are explained below.

It does not make sense to rebase for earlier years, because the weights of the previous base year are more accurate for those years. Estimates at constant 2003 prices for the years close to 2003, say 2002-2005, will certainly reflect the volume movements better compared to using 2009 prices for these years. Therefore the 2003 prices should be kept for the years 2002-2006, which should be linked to the years from 2007. The SNA recommends rebasing every year, i.e. constant prices measured at the prices of the previous year. Time series in volume terms⁶ are then derived by chain linking. This will not be possible in Mozambique, but long time series could be constructed as a set of chain-linked time series. INE could aim at a five to six year cycle for updating the base year, for example 2003, 2009, 2014 (or 2015), etc. with the periods linked to each other.

Note that also the aggregates should be chained. GDP, for example, will not be equal to the sum of its components in chain linked series at constant prices except for the most recent years with the new base year.

Besides the new base year there will be revisions at current prices, for example because of the new classification of economic activities and products. As far as possible the years before 2007 should also be linked to the revised estimates at current prices.

⁶ The SNA uses the term “in volume terms” to describe chain linked series. See SNA 15.21.

TERMS OF REFERENCE
for a Short-term Mission on Preparing the results from the Household Budget Survey and the Census on Population and Housing for use in National Accounts

3 – 21 May, 2010

within the

AGREEMENT ON CONSULTING IN INSTITUTIONAL CAPACITY BUILDING, ECONOMIC STATISTICS AND RELATED AREAS BETWEEN INE AND SCANSTAT.

Consultant: Jan Redeby

Counterparts: Saide Dade and Monica Magaua

1. Background

Estimates of National Accounts evolve over time as the initial estimates based on extrapolation or partial data are updated when the complete information become available and is incorporated. In addition, the estimates are reexamined over time to ensure consistency with the concepts and definitions of the accounts and the change of economic structure. To that end, the Instituto Nacional de Estatística (INE) has carried out the Population and Housing Census (RGPH 2007) and Household Budget Survey (IOF 2008/09). These results together with the forthcoming agriculture and livestock census results and the annual economic surveys results constitute the mandatory surveys for benchmark estimates of the national accounts because they cover all household and the economic business they are involved in.

In view of this, INE plans carry out a specific short-term mission on incorporating the household budget survey and the population and housing census results on national accounts compilation practices. The mission will benefit the assistance from the NA expert, Mr. Jan Redeby, who has worked for INE as long-term advisor on the area with very good knowledge about the Mozambique National Account System.

2. Main Reasons for the Mission

International guidelines recommend that national accounts estimates should be comprehensively revised every five years when complete information becomes available. In view of this, the Instituto Nacional de Estatística (INE) has carried out the Population and Housing Census (RGPH 2007) and Household Budget Survey (IOF 2008/09). While the 2007 population and housing census and the 2008/09 household budget survey results are available, these cannot be used for national accounts without a proper manipulation to accommodate methodological concepts and definition of the System of National Accounts. Moreover, translation table between the IAF 2002/03 data and these of the IOF 2008/09 is also needed in order guarantee consistency in making backward calculation

3. Beneficiaries of the Mission

The mission will primarily benefit the staff at INE and especially the National Accounts Department by providing IOF and population and housing data for benchmarking the national account and as reference period for current compilation. The beneficiaries in the long run will be the users of NA through improved regularity, timeliness and contents quality of the National Accounts.

4. Objectives of the Mission

To analyze and validate the most recent IOF and population census results for use in national account; to identify the relevant variables for compiling the different accounts of NA; expand the IOF data to the annual total according to the reference period of the expenditure (2008 or 2009) and expansion factor of the household expenditure. Convert the data in national account terms. Establish source data for the SUT-transactions: Household production and consumption, wages and employment from the IOF and RGPH results.

Since the IOF data will also be used to update the weights of the CPI, this work should be coordinated with the establishment of new weights for the Consumer Price index.

5. Expected Results

Specific expected results of the mission:

- A dataset with input data for National Accounts SUT specified for products, transaction type and COICOP/branch for the relevant National Accounts variables and supplemental initial data for wages and employment. The dataset should follow the central classifications established by INE staff.
- A translation table between the national and annual totals for 2008 and 2009 calculated and the final totals established for use in National Accounts. The table should specify the major differences between the two results classified by main type of manipulation. This table should be included in the mission report.
- Methodological documentation showing the differences between the IOF 2008/09 results and those to be used in National Accounts.
- Indicator and methodologies for progressing the 2008 IOF estimates defined.
- A framework for the Household Accounts (Industry and Sector) established;
- Estimates for Quarterly IOF data
- A CD with complete documentation of the detailed intermediate results from the initial IOF and RGPH source data to the final NA-input. The files should be organized in a logical and self-documenting manner.

6. Work to be carried out by the Consultants

See point 4 above.

7. Agenda for the Mission

Working sessions with national accounts staff

8. Tasks to be done by INE to facilitate the Mission

- Elaborate the Terms of Reference for the mission
- Prepare and supply the consultant with necessary documents and information
- Arrange meetings with key persons
- Supply good working conditions for the consultant

9. Timing of the mission

Se above.

10. Source of Funding

Project: MPD008-04-MPD-2008-0013 – Contas Nacionais
PAAO10 – 1.3.1 Contas Nacionais Anuais, Trimestrais e Provinciais

11. Report

The consultant will prepare a draft Technical Report to be discussed with INE before leaving Maputo. A final draft will be submitted to INE for final comments within one week of the end of the mission.

Approved by Saide Dade INE/DCNIG

Day / /

Confirmed by Luis Mungamba, Contract Manager for the INE – Scanstat Contract

Day / /

Exemplos: Equilíbrios de produtos

Há três exemplos:

P03111-1	Peixes frescos, refrigerados
P20231	Sabões e sabonetes, detergentes, produtos de limpeza
P61200	Serviços de telefonia móvel

Os valores nas CN2003 são em mil meticais mas recomenda-se usar milhões no sistema de 2009. A minha experiência é que isto simplificará; os três últimos dígitos (os milhares) não têm nenhum significado.

O desenho dos ficheiros é geralmente o mesmo que nas CN2003 mas eu sugiro algumas modificações. Há cinco folhas:

Dados contem dados básicos carregados da base de dados e, também, outros dados inseridos manualmente; isto é como nas CN2003. Os dados dos exemplos são mais ou menos fictícios como indicado nos ficheiros. Ainda falta valores de benchmark sobre produção.

Importação contem os dados de importação classificados por grandes categorias económicas; isto é como no sistema de 2003.

2009 é para as estimativas do ano de base (ano de *benchmark*) com ajustes, etc. Eu sugiro que este formato seja usado somente para o ano de base. Assim, não é necessário usar as colunas de índices; preços constantes = preços correntes para o ano de base. Excepcionalmente, o formato poderia ser usado por outros anos se vantajoso; simplesmente copiar a folha 2009 e dar-lhe um nome próprio, por exemplo 2010.

Séries. Esta folha é uma combinação de três folhas do sistema de 2003 (Séries, Séries PC e Séries PK); contem as calculações anuais.

Os formatos de bens e de serviços são um pouco diferentes:

Bens: Não há produção não mercantil de bens e, por conseguinte, não há consumo final de administrações públicas e de instituições sem fim lucrativo.

Serviços: Não há direitos de importação e margens sobre serviços.

Produção contem os dados para a tabela Produção na base de dados; isto é como no sistema de 2003.

COICOP é uma folha nova para e contem consumo final das famílias classificado por COICOP.